

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
ANO LECTIVO DE 2016/2017
SEMESTRES 1 e 2

DOUTORAMENTO EM DIREITO: ESPECIALIDADE CIÊNCIAS
JURÍDICO-CRIMINAIS

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Tema: Métodos ocultos de investigação criminal

PROGRAMA

1. Aspectos gerais sobre os métodos ocultos de investigação criminal
 - 1.1. As novas tecnologias ao serviço do processo penal
 - 1.2. Fundamento e limites constitucionais dos métodos ocultos de investigação criminal
 - 1.3. Princípios aplicáveis aos métodos ocultos de investigação criminal: legalidade, proporcionalidade, reserva de juiz, presunção de inocência, direito à não auto-incriminação
 - 1.4. Legalidade da prova e novos métodos ocultos de investigação criminal

2. Os métodos ocultos de investigação criminal em especial
 - 2.1. As escutas telefónicas e as escutas ambientais – Código de Processo Penal
 - 2.2. A interceptação de comunicações – Código de Processo Penal e Lei nº109/2009, de 15 de Setembro
 - 2.3. O agente encoberto – Lei n.º 101/2001, de 25 de Agosto
 - 2.4. O registo de voz e imagem – Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.5. O uso de *malware* e o acesso remoto a sistemas informáticos – Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro
- 2.6. A localização através de GPS
- 2.7. A conservação de dados de tráfego – Lei n.º 32/2008, de 17 de Julho – e o acórdão *Digital Rights Ireland*

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

AGUILAR, Francisco, (2004) *Dos conhecimentos fortuitos obtidos através de escutas telefónicas: contributo para o seu estudo nos ordenamentos jurídicos alemão e português*, Coimbra: Almedina.

ALBRECHT, Hans-Jörg, (2009) “Vigilância das telecomunicações. Análise teórica e empírica da sua implementação e efeitos”, in *Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em Homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português* (coord. MÁRIO FERREIRA MONTE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 725-743.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de, (2011) *Comentário do Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 4.^a ed., Lisboa: Universidade Católica Editora.

ALMEIDA, Carlos Rodrigues de, (2004) “O registo de voz e imagem, notas ao art.º 6.º da Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro”, in *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira* (org. CEJ), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 107-117.

AMBOS, Kai, (2008) “Las prohibiciones de utilización de pruebas en el proceso penal alemán”, in *Prueba y Proceso Penal (Análisis especial de la prueba prohibida en el sistema español y en el derecho comparado)* (coord. JUAN LUIS GÓMEZ COLOMER), Valencia: Tirant lo Blanch, pp. 57-149.

ANDRADE, Manuel da Costa, (2013) “O regime dos «conhecimentos da investigação» em processo penal: reflexões a partir das escutas telefónicas”, in *As alterações de 2013 aos Códigos Penal e de Processo Penal: uma reforma «cirúrgica»?* (org. ANDRÉ LAMAS LEITE), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 153-202.

(2009) “Métodos ocultos de investigação (Plädoyer para uma Teoria Geral”, in *Que futuro para o direito processual penal? Simpósio em Homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português*, (coord. MÁRIO FERREIRA MONTE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 525-551.

(2009) “A utilização e valorização do resultado de escutas telefónicas em processos disciplinares desportivos”, in *Desporto & direito. Revista jurídica do desporto*, Ano 6, N.º 18 (Maio-Agosto de 2009), pp. 361-404.

(2008) “Bruscamente no verão passado’, a reforma do Código de Processo Penal – Observações críticas sobre uma lei que podia e devia ter sido diferente”, in *Revista de Legislação e de Jurisprudência*, ano 137, ns.3948-3951

(1992) *Sobre as proibições de prova em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimpressão de 2013).

(1991) “Sobre o regime processual das escutas telefónicas”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano I, n.º 3 (Julho-Setembro de 1991), pp. 369-408.

ANTUNES, Maria João, (2016) *Direito Processual Penal*, Coimbra: Almedina.

BELING, Ernst, (2009) “Las prohibiciones de prueba como límite a la averiguación de la verdad en el proceso penal”, in *Las prohibiciones probatorias* (coord. KAI AMBOS/ÓSCAR JULIÁN GUERRERO), Bogotá: Temis, pp. 3-56.

CAIRES, João Gouveia de, (2014) “O registo de som e imagem e as escutas ambientais”, in *Direito da Investigação Criminal e da Prova* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES/CARLOTA ALMEIDA), Coimbra: Almedina, pp. 273-298.

(2012) “O regime processual especial aplicável ao crime organizado (económico-financeiro): âmbito de aplicação da Lei n.º 5-2002, de 11 de Janeiro, o regime do sigilo e do registo de voz e imagem”, in *Direito penal económico e financeiro: conferências do curso pós-graduado de aperfeiçoamento* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 453-547.

CORREIA, João Conde, (2014) “Prova digital: as leis que temos e a lei que devíamos ter”, in *Revista do Ministério Público*, n.º 139 (Julho-Setembro de 2014), pp. 29-60.

(2007) “Questões práticas relativas à utilização de diários íntimos como meio de prova em processo penal”, in *Revista do CEJ*, n.º 6 (1.º semestre de 2007), pp. 139-160.

(2006) “A distinção entre prova proibida por violação dos direitos fundamentais e prova nula numa perspectiva essencialmente jurisprudencial”, in *Revista do CEJ*, n.º 4 (1.º semestre de 2006), pp. 175-202.

COSTA, António Manuel de Almeida, (2014) *Ilícito Pessoal, Imputação Objectiva e Participação em Direito Penal*, Coimbra: Almedina, pp. 765 e segs.

COSTA, Eduardo Maia, (2014) “Ações encobertas (alguns problemas, algumas sugestões)”, in *Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício* (org. MARIA JOÃO ANTUNES), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 357-369.

CUELLAR SERRANO, Nicolas González, (2008) “Garantías constitucionales de la persecución penal en el entorno digital”, in *Prueba y Proceso Penal (Análisis especial de la prueba prohibida en el sistema español y en el derecho comparado)* (coord. JUAN LUIS GÓMEZ COLOMER), Valencia: Tirant lo Blanch.

CUNHA, José Manuel Damião da, (2008) “O regime legal das escutas telefónicas: algumas breves reflexões” in *Jornadas sobre a revisão do Código de processo penal* (org. CEJ), Lisboa: CEJ.

(2006) “Dos meios de obtenção da prova face à autonomia técnica e táctica dos órgãos de polícia criminal”, in *II Congresso de Processo Penal*.

Memórias (coord. MANUEL GUEDES VALENTE), Coimbra: Almedina, pp. 61-80.

DIAS, Jorge de Figueiredo, (2014) “Por onde vai o Processo Penal Português – por estradas ou por veredas?”, in *As Conferências do Centro de Estudos Judiciários*, Coimbra: Almedina, pp. 49-88.

(2009) “O processo penal português: Problemas e perspectivas”, in *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org. MÁRIO FERREIRA MONTE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 805-819.

(1988/9) *Direito Processual Penal* (Lições coligidas por MARIA JOÃO ANTUNES), Coimbra: Secção de Textos da FDUC.

(1974) *Direito Processual Penal*, Coimbra: Coimbra Editora (reimpressão de 2004).

GASPAR, António Henriques, (2004) “As ações encobertas e o Processo Penal – Questões sobre a prova e o processo equitativo”, in *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira* (org. CEJ), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 43-53.

GASPAR, António Henriques et. al., (2016) *Código de Processo Penal Comentado*, 2.^a ed., Coimbra: Almedina.

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia, (2009) *Código de Processo Penal Anotado – Legislação Complementar*, 17.^a ed., Almedina: Coimbra.

GONÇALVES, Fernando/ALVES, Manuel João/VALENTE, Manuel Monteiro Guedes, (2001) *Lei e Crime – O Agente Infiltrado versus o Agente Provocador – Os Princípios do Processo Penal*, Coimbra: Almedina.

HASSEMER, Winfried, (2004) “Processo Penal e Direitos Fundamentais”, in *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org. MARIA FERNANDA PALMA), Coimbra: Almedina, pp. 15-25.

LEITE, André Lamas, (2007) “Entre Péricles e Sísifo: o novo regime legal das escutas telefónicas”, in *Revista portuguesa de ciência criminal*, Ano 17, N.º 4 (Out.-Dez.2007), pp.613-669.

(2004) “As escutas telefónicas: algumas reflexões em redor do seu regime e das consequências processuais derivadas da respectiva violação” in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Ano 1 (2004), pp. 9-58.

LEITE, Inês Ferreira, (2014) “O novo regime das escutas telefónicas: uma visão panorâmica sobre a reforma de 2007”, in *Direito da investigação criminal e da prova* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES/CARLOTA ALMEIDA), Coimbra: Almedina, pp. 255-271.

LOBO, Fernando Gama, (2015) *Código de Processo Penal Anotado*, Coimbra: Almedina.

LOUREIRO, Nuno Miguel, (2015) “A responsabilidade penal do agente encoberto”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 36, N.º 142 (Abril-Junho 2015), pp.79-120.

MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO JUDICIAL DO PORTO, (2009) *Código de Processo penal – Comentários e notas práticas*, Coimbra: Coimbra Editora.

MATA-MOUROS, Maria de Fátima, (2008) “Escutas telefónicas: o que não muda com a reforma”, in *Revista de Economia e Direito*, volume 12, N.º 2/volume 13, N.º 1, pp. 279-310.

(2003) *Sob escuta: reflexões sobre o problema das escutas telefónicas e as funções do juiz de instrução criminal*, Cascais: Principia, 2003.

(2001) “O agente infiltrado”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 22, N.º 85 (Jan.-Mar.2001), pp.105-120.

MENDES, Paulo de Sousa, (2015) *Lições de Direito Processual Penal*, 3.ª reimp., Coimbra: Almedina (1.ª ed., 2013).

(2004) “As proibições de prova no processo penal”, in *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org. MARIA FERNANDA PALMA), Coimbra: Almedina, pp. 133-154.

MESQUITA, Paulo Dá, (2010) “Prolegómeno sobre prova electrónica e interceptação de telecomunicações no Direito Processual Penal português – o Código e a Lei do Cibercrime”, in *Processo Penal, Prova e Sistema Judiciário*, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 83-129.

MONTE, Mário Ferreira, (2004) “O registo de voz e imagem no âmbito do combate à criminalidade organizada e económico-financeira – Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro”, in *Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira* (org. CEJ), Coimbra, pp. 79-106.

MORÃO, Helena, (2006) “O efeito-à-distância das proibições de prova no Direito Processual Penal português”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 16, n.º 4 (Outubro-Dezembro de 2006), pp. 575-620.

NEVES, A. Castanheira, (1968) *Sumários de Processo Criminal*, Coimbra: Dactilog. por João Abrantes.

NEVES, Rita Castanheira, (2011) *As ingerências nas comunicações electrónicas em processo penal*, Coimbra: Coimbra Editora.

NUNES, Carlos Alberto Casimiro, (2011) “Dos meios de obtenção de prova: o caso das buscas domiciliárias e das interceptações telefónicas”, in *Politeia*, Ano VII (2009-2010), pp. 227-239.

OLIVEIRA, Luís Pedro Martins de, (2010) “Da autonomia dos regimes das proibições de prova”, in *Prova Criminal e direito de Defesa – Estudos sobre teoria da prova e garantias de defesa em processo penal* (coord. TERESA PIZARRO

BELEZA/FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO), Coimbra: Almedina, pp. 257-290.

ONETO, Isabel, (2005) *O Agente Infiltrado, Contributo para a Compreensão do Regime Jurídico das Acções Encobertas*, Coimbra: Coimbra Editora.

PALMA, Maria Fernanda, (2014) "Introdução ao Direito da Investigação Criminal e da Prova", in *Direito da Investigação Criminal e da Prova* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO DE SOUSA MENDES/CARLOTA ALMEIDA), Coimbra: Almedina, pp. 7-18.

(2004) "O problema penal do processo penal", in *Jornadas de Direito Processual Penal e direitos fundamentais* (org. MARIA FERNANDA PALMA), Coimbra: Almedina, pp. 41-53.

PEREIRA, Rui, (2009) "Entre o 'garantismo' e o 'securitarismo': A revisão de 2007 do Código de Processo Penal", in *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em homenagem a Jorge de Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal português* (org. MÁRIO FERREIRA MONTE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 247-268.

(2005) "O agente encoberto na ordem jurídica portuguesa" in *Estudos em homenagem ao Conselheiro José Manuel Cardoso da Costa*, Coimbra: Coimbra Editora, pp. 283-311.

PEREIRA, SANDRA, (2011) "A recolha de prova por agente infiltrado", in *Prova Criminal e Direito de Defesa - Estudos Sobre Teoria da Prova e Garantias de Defesa em Processo Penal* (coord. TERESA PIZARRO BELEZA/FREDERICO DE LACERDA DA COSTA PINTO), Almedina, Coimbra, pp. 137-159.

PINHEIRO, Alexandre de Sousa (2015) *Privacy e protecção de dados pessoais: a construção dogmática do direito à identidade informacional*, Lisboa: AAFDL.

RAMALHO, David Silva, (2015) *Métodos Ocultos de Investigação Criminal em Ambiente Digital*, Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais, Universidade Lisboa, Faculdade de Direito.

(2014) "A recolha de prova penal em sistemas de computação em nuvem", in *Revista de Direito Intelectual*, n.º 2 (Dezembro 2014), pp. 123-162.

(2013) "O uso de *malware* como meio de obtenção de prova em processo penal", in *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano 4, N.º 16 (Outubro-Dezembro 2013), pp.195-243.

(2013) "A investigação criminal na *Dark Web*", in *Revista de Concorrência & Regulação*, Ano IV, n.ºs 14/15 (Abril-Setembro de 2013), pp. 383-429.

RAMALHO, David Silva/COIMBRA, José Duarte, (2015) "A declaração de invalidade da Diretiva 2006/24/CE: presente e futuro da regulação sobre conservação de dados de tráfego para fins de investigação, detecção e repressão de crimes graves", in *O Direito*, Ano 147.º, IV, 2015, 997-1045.

RAMOS, Armando Dias, (2014) *A prova digital em processo penal: o correio electrónico*, Lisboa: Chiado Editora.

RODRIGUES, Benjamim da Silva, (2011) *Da Prova Penal – Tomo IV – Da Prova – Electrónico– Digital e da Criminalidade Informático-Digital*, Lisboa: Rei dos Livros.

(2010) *Da Prova Penal – Tomo II. Bruscamente... A(s) Face(s) Oculta(s) dos Métodos Oculto de Investigação Criminal*, Lisboa: Rei dos Livros.

ROGALL, Klaus, (2010) “A nova regulamentação da vigilância das telecomunicações na Alemanha”, in *2.º Congresso de Investigação Criminal* (coord. MARIA FERNANDA PALMA/AUGUSTO SILVA DIAS/PAULO SOUSA MENDES), Coimbra: Almedina, pp. 117-143.

SANTOS, Gil Moreira dos, (2014) *Princípios e prática processual penal*, Coimbra: Coimbra Editora.

SANTOS, Manuel Simas / LEAL-HENRIQUES, Manuel,

(2008) *Código de Processo Penal Anotado*, vol. 1, 3.ª ed., Lisboa: Rei dos Livros.

(2004) *Código de Processo Penal Anotado*, vol. 2, 2.ª ed., Lisboa: Rei dos Livros.

SEIÇA, Alberto Medina de, (2003) “Legalidade da prova e reconhecimentos «atípicos» em processo penal: notas à margem da jurisprudência (quase) constante”, in *Liber discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias* (org. MANUEL DA COSTA ANDRADE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 1387-1421.

SILVA, Germano Marques da, (1994) “Bufos, infiltrados, provocadores e arrependidos – Os princípios democráticos e da lealdade em processo penal”, in *Direito e Justiça*, Vol. 8, tomo 2 (1994), pp. 27-34.

(1993/94) *Curso de Processo Penal*, Lisboa: Universidade Católica, 3 vols. (7.ª ed./1.º vol., 2013, 5.ª ed./2.º vol., 2009, e 4.ª ed./3.º vol., 2014).

SILVA, Sandra Oliveira e, (2011) “Legalidade da prova e provas proibidas”, in *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, Ano 21, n.º 4 (Outubro-Dezembro de 2011), pp. 545-591.

SOUSA, Susana Aires de, (2003) “Agent provocateur e meios enganosos de prova. Algumas reflexões”, in *Liber discipulorum para Jorge de Figueiredo Dias* (org. MANUEL DA COSTA ANDRADE et al.), Coimbra: Coimbra Editora, pp. 1207-1235.

TEIXEIRA, António de Jesus, (2014) *Os limites do efeito-à-distância: nas proibições de prova no processo penal português*, Lisboa: Universidade Católica Editora.

TEIXEIRA, Carlos Adérito, (2008) “Escutas telefónicas: mudança de paradigma e os velhos e os novos problemas”, in *Revista do CEJ*, n.º 9 (1.º semestre de 2008), pp. 243-319.

VALENTE, Manuel Guedes, (2010) *Processo Penal*, tomo I, 3.^a ed., Coimbra: Almedina.

(2008) *Escutas Telefónicas - Da Excepcionalidade à Vulgaridade*, 2.^a ed., Coimbra: Almedina.

(2006) *Conhecimentos fortuitos: a busca de um equilíbrio apuleiano*, Coimbra: Almedina.

VENÂNCIO, Pedro Dias, (2011) *Lei do Cibercrime – Anotada e Comentada*, Coimbra: Coimbra Editora.

VERDELHO, Pedro, (2015) “Lei do Cibercrime”, in *Enciclopédia de Direito e Segurança* (coord. JORGE BACELAR GOUVEIA/SOFIA SANTOS), Coimbra: Almedina, 2015, pp. 255-263.

(2010) “Anotação à Lei n.º 109/2009, de 15 de Setembro”, in *Comentário das Leis Penais Extravagantes*, Vol.I (org. PAULO PINTO DE ALBUQUERQUE/JOSÉ BRANCO), Lisboa: Universidade Católica Editora.

(2009) “A nova Lei do Cibercrime”, in *Scientia Iuridica*, Tomo LVIII, n.º 320 (Outubro-Dezembro de 2009), pp. 717-749.

(2008) “Técnica no novo C.P.P.: exames, perícias e prova digital”, in *Revista do CEJ*, n.º 9 (1.º semestre de 2008), pp. 145-171.

(2004) “A obtenção de prova do ambiente digital”, in *Revista do Ministério Público*, Ano 25, N.º 99 (Jul.-Set.2004), pp.117-136.

VERDELHO, Pedro/BRAVO, Rogério/ROCHA, Manuel Lopes, (2003) *Leis do Cibercrime – Volume 1*, Lisboa: Centro Atlântico.

Prof. Doutor Augusto Silva Dias

Prof. Doutor Rui Soares Pereira